

A minha escola, a sua escola, a nossa escola: Percurso de uma educação geográfica libertária

Amir El Hakim de Paula

da Universidade Estadual Paulista -Ourinhos – São Paulo - Brasil

amir.paula@unesp.br

Resumo: O anarquismo apresenta uma escola contrária aos valores capitalistas e autoritários hegemônicos na sociedade atual. Com isso, demonstra a importância de se construir um ensino mais plural, democrático e autônomo, que produza uma educação mais significativa aos estudantes do ensino básico e superior, ainda largamente determinada por políticas públicas heterônimas. Além disso, procura a partir dos ensinamentos de Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, difundir uma geografia escolar menos dual, mais participativa, proporcionando a constituição de uma ciência anti mnemônica. Por fim, as ideias libertárias sugerem uma nova maneira de se realizar a avaliação, ainda muito pautada em notas extremamente rígidas, monótonas e que se mostram incapazes de aferir o percurso formativo de um aluno.

Palavras-chave: Anarquismo. Geografia. Ensino. Avaliação

Introdução

Como é a escola hoje? De que maneira o ensino de Geografia se adequa a ela? Como os anarquistas podem contribuir para a construção de uma ciência mais humana, dinâmica, participativa e solidária?

Pensando nessas questões foi que resolvemos discutir alguns temas tão importantes ao ensino público e que ainda carecem da presença de uma visão libertária.

Não temos a pretensão ou arrogância de propor um modelo geral que servisse para todas as experiências estudantis, o que em nossa opinião não seria uma postura ácrata.

A escola atual baseada na meritocracia, na hierarquia, na centralização das decisões tem a educação libertária enquanto um importante contraponto. Não se trata apenas de negar esses valores hegemônicos, mas demonstrar que as experiências anarquistas de educação não podem ser colocadas como uma proposta quimérica, utópica, impossível de ser aplicada nas instituições de ensino contemporâneas.

A educação libertária vai além do normalizado, do habitual, comum, para que o espaço do ensino seja também um espaço político, de experimentação, críticas e, principalmente, que nele se construa desobediências aos modelos gestados por doutos saberes.

Ao fazermos isso, demonstraremos que esse ambiente "anárquico" organizado com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem é também produtivo, fomentador de iniciativas discentes, metamorfoseando o arcaico GLS (Giz, lousa e saliva) em um catalisador de experiências.

Lutamos pela transformação de uma escola enquanto local de opressão, saberes autorais, hierarquias sem reconhecimento em um espaço de tensões, proposições, conflitos que possibilitarão não mais violência, mas a constituição de um ambiente verdadeiramente democrático, participativo, salutar, no qual alunos, pais, mestres e corpo pedagógico percebam a armadilha a que foram relegados por um sistema educacional baseado na produção de estatísticas.

Então queremos "desordenar", "embaralhar", "desalinhar" esse espaço tão vital a formação de gerações de homens e mulheres, e em seu lugar criar outro mais espontâneo, crítico, subversivo? Sim!

E assim coletivamente e respeitando as individualidades a escola atual, com suas disciplinas ossificadas pelo tempo, terá a oportunidade de recriar seus parâmetros, superar suas lógicas assentadas no medo e no respeito métrico (a nota como único fator de reverência), edificando uma estrutura plástica, moldável, capaz de se autorrecriar e, principalmente, superar as mazelas educacionais que tão desgraçadamente ainda são comuns.

O desafio está posto e a práxis libertária pode nos ajudar a recompor o ideário de um ensino mais solidário, humano e possibilitador de novos aprendizados, superando os valores atuais e construindo outros mais afeitos aos desfavorecidos, a maioria dos alunos e alunas que constituem o ensino público brasileiro.

Pensar é ousar. Ousar para desobedecer. Desobedecer para recriar. Essa é a "cartilha" anarquista para a educação atual, bem como para o ensino de Geografia.

Ao detalharmos essas propostas demonstraremos que os geógrafos anarquistas estavam sintonizados com as práticas existentes nas escolas libertárias do início do século XX.

E, só se constrói uma escola nova, moderna, com matérias ou disciplinas que possam ser transformadas, se estivermos aberto ao diálogo entre todos os setores envolvidos no processo de aprendizagem. Ou teremos uma escola democrática com uma disciplina heterônoma ou o contrário.

Desta forma, para os anarquistas, a mudança tem que ser imediata. Para tanto precisamos saber como um ensino libertário foi sendo gestado nos séculos XIX e XX.

Educação anarquista: Escola como espaço de transformação, produções e motivações.

Uma das facetas mais interessantes e menos conhecida da história da educação é a presença anarquista na formação de escolas anti-autoritárias.

Muito embora a crítica ao ensino e a escola tradicional tenha ocorrido por diversos pedagogos e pedagogas ainda nos séculos XVIII e XIX (casos de Rousseau, Pestalozzi entre outros), é claro que uma proposta de caráter classista, vinculada aos anseios e necessidades da classe trabalhadora tornou-se possível com a constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864.

A conhecida Primeira Internacional (1864-1872) era um conglomerado de trabalhadores e intelectuais que buscavam a constituição de um órgão de defesa proletário, visto que a expansão do capitalismo por diversos territórios (na Europa, mas também na América do Norte) ocasionava uma competição entre os operários.¹

Um dos dilemas apresentados aos trabalhadores de diversos sindicatos era que, para acabar com uma greve dentro de um país, o patronato incentivava a entrada de imigrantes, minando a luta classista e fomentando o ódio entre os nacionais e os "de fora".

Logo, era premente que os operários e operárias se articulassem em uma federação internacional de combate a um discurso nacionalista falacioso, que ao defender que as fronteiras funcionassem como uma barreira à livre circulação de pessoas, pouco se importava quando se tratasse da circulação de capitais, inclusive estimulando a entrada e saída de trabalhadores por motivações específicas.

Como demonstra as palavras de um dos delegados participantes desta entidade sobre uma greve de engenheiros da Inglaterra:

[...] os trabalhadores de Newcastle, que se acreditavam a um passo da vitória e da satisfação plena de todas as suas reivindicações, acabam de ser informados de que seus empregadores foram ao continente para recrutar trabalhadores, iludindo-os com falsas promessas[...] Alfred Herman in MUSTO, 2014, p.161.

Se a classe exploradora era anacionalista, visto que recrutava trabalhadores de outras regiões da Europa para efetivarem os seus objetivos, estes últimos não poderiam continuar a defenderem os seus interesses apenas e tão somente por meio dos sindicatos

¹ Para mais detalhes sobre a Primeira Internacional ver: Trabalhadores, UNi-vos Antologia política da I Internacional. (ORG) Marcelo Musto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

nacionais. Por isso a urgência da criação de uma rede internacional de agrupamentos operários.

Sem nos alongarmos mais na história dessa seminal associação, o fato é que esses representantes nunca conseguiram unir forças o suficiente a fim de efetivarem um único projeto revolucionário. Embora os empecilhos linguísticos pudessem dificultar uma maior aproximação entre seus quadros, o que gerou intriga e uma menor coesão foram as divergências políticas.

Com trabalhadores de diversos países e de matizes antagônicas (basta lembrar a presença de coletivistas e mutualistas) a Internacional em quase todos os seus congressos foi palco de acentuadas disputas ideológicas, culminando no seu último (Haya 1872) em uma grande cisão, sendo que os partidários do russo Mikhail Bakunin foram expulsos pela ala majoritária encabeçada por Karl Marx.

Ainda que várias tendências disputassem a supremacia do espectro político, é consensual que as principais alas (autoritários e anti-autoritários) sempre estiveram em acordo no que tange à necessidade da reforma do ensino e a construção de uma instituição escolar que verdadeiramente possibilitasse que os operários e seus filhos à ela tivessem acesso. Como afirma De Paepe, um dos integrantes da ala anti-autoritária:

Não precisamos nos alongar mais sobre esse assunto. O direito de todas as crianças a uma educação completa e a obrigação da sociedade em provê-la são agora aceitos por todas as escolas socialistas. (DE PAEPE in MUSTO, 2014, p.231)

A educação era um princípio basilar para esses delegados. Independente da predileção política e ideológica. Era óbvio que a construção de uma escola de outro tipo poderia reproduzir os valores que só interessariam às classes menos privilegiadas. Caso contrário, os revolucionários continuariam a ter uma escola autoritária, muito embora lutassem pela emancipação dos trabalhadores.

Com a expulsão dos anarquistas em 1872 e a criação de uma Internacional anti-autoritária por Bakunin, Malatesta, Guillaume e outros, o projeto de uma educação libertária começou a ganhar importância entre àqueles que defendiam a destruição do ensino tradicional.

Ainda que surgissem vários experimentos autônomos como o Orfanato de Cempuis coordenado por Paul Robin ou mesmo a escola de Iasnaia Poliana de Tolstoy, o principal exemplo de uma educação libertária será a Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardia.

Fundada no alvorecer do século XX a Escola Moderna de Barcelona sempre procurou associar a pedagogia libertária com uma dinâmica intraclasse pautada pelo respeito mútuo.

Muito embora estivesse associada ao movimento operário influenciado pelas ideias ácratas, a fundação desta instituição escolar não pode ser totalmente creditada aos anarquistas, visto que estiveram presente nesse importante empreendimento partidários de uma escola mais plural e que se contrapusesse a grande influência católica.

Logo, maçons e republicanos também participaram da rede de contatos do pedagogo catalão, demonstrando a importância dessa experiência. A compreensão do idealizador da escola era que nela se abolisse tanto um ensino sem base científica quanto aquele que apenas substituísse o amor ao misticismo pela afeição cega ao nacionalismo.

Com uma organização no qual adentrasse meninos e meninas, ela tinha também a incumbência de solapar o patriarcalismo tão imperante na sociedade de então (ainda presente em larga medida na nossa), apontando que a coexistência entre os sexos diminuiria uma tendência social em transformar as mulheres em seres sempre submissos aos homens.

Uma questão também bastante interessante refere-se a qual mecanismo avaliativo a instituição teria. Em um momento no qual a competição e a meritocracia parecem modelos universais, inclusive adotadas por aqueles que se dizem libertários, Ferrer pensava em outra proposta:

Naturalmente, somos adversários incansáveis das provas...Das provas não se tira nada de bom; pelo contrário, o aluno recebe embriões de muito mal. Além das doenças físicas mencionadas, sobretudo as do sistema nervoso e o acaso de uma morte prematura, os elementos morais que este ato imoral qualificado de prova inicia na consciência da criança são: a vaidade enlouquecedora dos altamente premiados; a inveja roedora e a humilhação, obstáculo de iniciativas saudáveis, aos que falharam; e em uns e outros, e em todos, os alvares da maioria dos sentimentos que formam os matizes do egoísmo. (FERRER, p.81,2014)

A questão levantada por Ferrer não era muito diferente daquela apregoada pelos anarquistas no final do século XIX. Se quisermos a construção de uma nova sociedade, é razoável que a escola atual seja contrária ao *mainstream*, condenando os pilares que sustentam essa sociedade.

As provas servem para estimular a competição entre os alunos, para que alguns se destaquem sobre os demais. Não se trata de negar o potencial individual de cada pupilo (a), mas que este não seja motivo de novas submissões, humilhações, etc.

Uma educação libertária passa por destruir os valores hegemônicos do projeto societário capitalista/estatal. Questionar a hierarquia e os diversos processos daí

advindos era (e ainda é) imprescindível a qualquer professor que se diga contrário ao sistema produtor de mercadorias.

Caso contrário, falaremos do passado como nostalgia, algo inalcançável, utópico... e os detratores do anarquismo vão mais uma vez nos ver enquanto sonhadores, irreais, etc. Como aponta Ferrer:

Começamos introduzindo estes costumes tão saudáveis a partir da escola; que os pedagogos se dediquem a inspirar o amor ao trabalho sem sanções arbitrarias, já que há sanções naturais e inevitáveis as quais bastará colocar em evidência. Sobretudo, evitemos dar às crianças a noção de comparação e de medida entre os indivíduos, porque, para que os homens compreendam e apreciem a diversidade infinita que há entre os caracteres e as inteligências, é necessário evitar aos escolares a concepção imutável de bom aluno à qual cada um deve tender, mas da qual se aproxima mais ou menos com maior ou menor mérito. (FERRER, 2014, p.85)

A competição promove o desprezo. Estimular as individualidades é necessário para a construção de um ambiente escolar mais salutar. Mas isso não significa aceitar que existam melhores e piores, mas que a ação individual propicie um trabalho mais coletivo.

O bom ou mau aluno é coisa do passado na escola libertária. Agora o objetivo é construir um ensino voltado aos interesses dos discentes, demonstrar que eles são capazes de opinarem, proporem soluções e assim a instituição escolar ficará mais viva, vibrante, de interesse comum, e não um espaço no qual os alunos apenas aceitem passivamente, sem qualquer interesse pela dinâmica de ensino/aprendizagem.

Uma escola libertária deve promover a comunhão entre todos os interessados no ambiente (discentes, docentes, corpo diretivo, pais) e não ficar a mercê de políticas educacionais autoritárias, desinteressantes, pouco afeita ao cotidiano educacional, construída verticalmente por doutos saberes que vivem incrustados nas diversas secretarias, nos sem números conselhos de educação, que nem mesmo possuem um minúsculo quadro representativo dos interesses discentes.

Para Ferrer (2014, p.85) "Nas escolas livres tudo deve ser paz, alegria e confraternidade".

Um ambiente capaz de conciliar a busca pelo conhecimento com o prazer de aprender, no qual professor e estudantes estejam imbuídos de solidariedade, respeito mútuo e amor ao saber.

Geografia libertária: As discussões de Piotr Kropotkin e Elisée Reclus

A força de uma teoria social pode estar na sua intrínseca relação com a práxis. Caso contrário as ideias serão belas, permissionárias de um mundo melhor, imbuídas de igualdade e fraternidade, mas não conseguem ser colocadas em prática porque os seres humanos ainda não estão aptos a desenvolvê-las.

Esse não parece ser o caso das ideias anarquistas, muito embora seus críticos à esquerda ou à direita teimam em brandir um discurso no qual o anarquismo é uma quimera social.

Enquanto entendendo o anarquismo uma teoria social totalmente ligada aos interesses da classe mais espoliada economicamente, os geógrafos Piotr Kropotkin e Elisée Reclus incentivaram a constituição de inúmeras escolas libertárias e de uma prática geográfica extremamente crítica aos padrões de sua época, como também da atualidade.

Isso ocorreu para ambos já que não se poderia saltar de uma sociedade de classes para outra mais fraterna se os valores que sustentavam a exploração humana continuassem sistematicamente sendo reproduzidos, mesmo entre aqueles que diuturnamente lutavam contra as mazelas sociais.

Então o caminho a ser trilhado era duplo: a luta contra o capital era constante e, como alertava Reclus, passaríamos de um período pautado por uma evolução mais gradual para uma época de revoluções, quando se exasperaria o conflito entre os explorados e os exploradores, gerando saltos sociais e econômicos mais expressivos.² E, concomitante a esse processo mais evolutivo, construiríamos escolas e implementaríamos uma pedagogia libertária, permitindo assim que quando o período revolucionário florescesse, as práticas educacionais anarquistas fossem de conhecimento da classe trabalhadora.

A Geografia ministrada na escola não poderia ser aquela comum nas instituições educacionais europeias, pautada, quase sempre, na propagação de um nacionalismo xenóforo, bem como, em uma didática mnemônica.

Pensando nessas questões foi que Elisée Reclus e Piotr Kropotkin sugeriram importantes mudanças no ensino de Geografia, procurando pautar as suas visões de

² Para mais detalhes ver: A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo: Expressão e Arte, 2002.

anarquismo (o chamado anarco-comunismo) contrárias a uma didática educacional hierárquica e competitiva.

Visto que essa crítica social foi florescendo e ganhando força, como vimos surgiu uma escola no qual os valores determinantes da estrutura social vigente foram substituídos pela solidariedade, autonomia, bem como um ensino que tivesse mais contato com a realidade dos trabalhadores e seus filhos. Como aponta o geógrafo francês:

Enfim, começa a nascer a ideia, apoiada, por sinal, na reivindicação espontânea das próprias crianças, de que elas são seres iguais em direitos às pessoas maiores e que sua educação deve corresponder não à vontade dos pais, nem às exigências da Igreja ou do Estado, mas às necessidades e conveniências de seu desenvolvimento pessoal. (RECLUS, 2010, p.15)

Uma escola de troca de saberes, de comunhão e organização compartilhados, no qual o papel do professor como educador, intermediador, incentivador fosse a regra e que aos alunos se demonstrasse a importância dessa construção coletiva, formando indivíduos totalmente liberados das antigas servidões (estatal, econômica ou religiosa).

Impossível? Para os anarquistas geógrafos, cientistas que defendiam a sua prática social enquanto um projeto de constituição revolucionária, esse caminho era não só possível como necessário.

Um espaço articulado entre os vários setores da escola (coordenação, APM, Alunos e professores). A articulação não como sobreposição de saberes, mas enquanto um processo de desenvolvimento e respeito mútuo, no qual o produto final se efetivasse em novas experiências, muito mais dinâmicas, solidárias e aprofundadas.

Somente em um ambiente de aconchego, revelador de identidades, plural e científico é que o estudante conseguiria se desvencilhar de todas as amarras que a sociedade sobre ele impõe e, como um novo tecelão, construir comunitariamente e de forma autônoma os fios de novos saberes apreendidos, debatidos e questionados.

Nesse local de trocas ser desobediente e questionador devem ser a norma fundante. O estudante perceber que não é apenas dizer sim, mas pensar, agir e participar sempre criticamente, ou apenas palavras bonitas serão ditas sobre uma experiência incapaz de refletir acerca das contradições existentes.

E o ensino de Geografia como seria? Mnemônico? Patriótico? Incapaz de chamar a atenção dos miúdos?

Esse seria um dos desafios da geografia libertária. Para uma escola anarquista a necessidade de se construir uma ciência também diferente da usual.

Pensando nesses desafios Piotr Kropotkin (2012) vai escrever um artigo detalhando a sua perspectiva de Geografia, que conseguisse efetivamente agregar os postulados físicos com a ação humana.

Uma Geografia integrada e integradora, no qual os estudantes conseguissem apreender a importância da totalidade do conhecimento a partir do estudo das particularidades do fenômeno e assim perceber no fragmentado a existência, mesmo que residual, dos aspectos totalizantes. Como afirma o geógrafo russo

Se déssemos um significado como esse à geografia, esta compreenderia, tanto nas escolas primárias como nas universidades, quatro grandes ramos do conhecimento, suficientemente amplos para constituir no nível mais alto da educação quatro especialidades distintas, ou inclusive mais, mas todas intimamente conectadas entre si. (RECLUS e all, 2012, p.49)

Outra importante questão discutida pelos geógrafos anarquistas era sobre o trabalho de campo. De que maneira os libertários poderiam contribuir para a construção de uma saída da sala de aula realmente atrativa?

Pensando nisso Reclus (2010) vai nos explicar que qualquer saída ao campo deve ser discutida e elaborada em conjunto entre professor e discentes,. Caso contrário, o aluno entenderá essas saídas da sala de aula como um passeio.

Mais do que isso a aula prática com um cariz libertário deve sempre se atentar aos interesses e demandas que os alunos (as) têm, demonstrando a teoria junto com a prática e não como ocorre ainda nos dias de hoje quando a teoria é apresentada e pede-se ao discente encontrar na realidade aquilo que se aprendeu anteriormente.

O trabalho de campo deve promover o conhecimento. Perscrutar a realidade encontrada. Dirimir as dúvidas existentes e assim colocar em debate a teoria como forma de avançar o aprendizado. Para Reclus nessas saídas ao campo

[...] é bom que nenhum aluno fique sem adquirir "clarezas de tudo", a fim de que ele encontre sua alegria em todos os progressos das ciências e da arte e possa sempre tomar parte ativa nas conversações engajadas por seus companheiros sobre os trabalhos que os interessam em especial. (RECLUS, 2010, p.27)

O campo enquanto um espaço de apropriação de saberes, condutas e processos formativos é o principal objetivo de uma geografia que se diz libertária. É nele que se constrói também uma formação voltada aos interesses da emancipação humana, no qual a hierarquia e a meritocracia sejam substituídas pelo amor ao conhecimento e respeito mútuo.

Então essas saídas, verdadeiros trabalhos ao ar livre, também devem ser ressignificadas e, ao invés do professor falar e alunos escutarem, duplas e trios de

estudantes "fragmentam" a paisagem, discutem-na e apresentam aos colegas, não se furtando do importante auxílio do professor, para que no final todos consigam apreender essa pequena totalidade.

A sala de aula e o trabalho de campo são dois importantes momentos para a consecução da geografia libertária. Ambos se articulam em uma metodologia que prioriza a construção coletiva, o respeito às individualidades e a formação de saberes educacionais de cariz científico.

A troca de informações entre professor e estudantes é o fulcro principal de um método de trabalho emancipatório, capaz de demonstrar que a Geografia é parte de uma totalidade científica maior, com suas especialidades e, principalmente, qualificada para possibilitar uma compreensão dos vários aspectos sócio-territoriais e ambientais existentes de uma sociedade pautada na exploração econômica (seja entre homens ou homem x natureza).

Os ensinamentos de Piotr Kropotkin e Elisée Reclus seguem essa dinâmica. Construir uma ciência mais humana, preocupada em desvelar as questões sociais tão comuns em uma sociedade de classes como a capitalista, potencializando o Homem enquanto a Natureza que possui a capacidade de ser consciente.

Eis o desafio colocado por esses iminentes cientistas do século XIX! Em uma educação libertária apenas uma Geografia também libertária é capaz de se desenvolver.

Mas, no final da segunda década do século XXI, como ambas podem nos ajudar a pensar o ensino atual? É isso que procuraremos desenvolver nas próximas linhas.

Caminhos tortuosos de uma prática libertária: A avaliação enquanto processo de formação contínua

Os simples, todavia o povo, são idênticos ao rio por onde desliza um barquinho e, no barquinho vão, imponentes e mascaradas, as apreciações dos valores. Pousaste a vossa vontade e os vossos valores no rio do futuro; o que o povo julga bom e mal me revela uma antiga vontade de poder.

Nietzsche - Assim falou Zaratustra

Ao ler essa epígrafe de Nietzsche sobre valores, procuro compreender o que significa avaliação. Ser mensurado é ser analisado a partir de alguns parâmetros que estruturam a sociedade na qual o avaliador e o avaliado vivem.

Mas quais são os princípios que importam nessa avaliação e a quem servem? Acho que essa é uma das questões mais importantes quando pensamos em uma investigação diagnóstica.

Se, como vimos até agora, são valores como competição, hierarquia, meritocracia que estruturam a sociedade atual, e os anarquistas lutam contra essa sociedade, como se utilizar desses parâmetros para analisar um grupo de estudantes e ao mesmo tempo lutar por uma sociedade libertária? Acho impossível!

Buscando formas de compreender a importância da avaliação no processo ensino-aprendizagem é que tentarei apresentar premissas que combatam a ordem atual e consigam minimamente demonstrar a importância da prática anarquista para a formação de indivíduos emancipados.

Adeptos de uma ordem social autônoma, os anarquistas podem contribuir para que a escola seja um espaço de autoavaliação constante, no qual a métrica social exigida, mesmo que não totalmente eliminada, não impeça a construção de novos valores compartilhados, muito mais afeitos aos anseios de todos no ambiente educacional.

Pensar uma avaliação sob a premissa libertária afasta totalmente a ideia de que esse processo de assimilação de saberes não precise de um diagnóstico. Pelo contrário, é um diagnóstico contínuo que o torna mais exequível e salutar.

Mais do que apenas uma avaliação vertical cabe ao libertário se pautar por uma relação dialógica e dialética com os estudantes, buscando desconstruir um sistema meritocrático que procura assemelhar aqueles que socialmente são diferentes.

E onde não há meritocracia deve predominar a solidariedade, liberdade individual, no qual acertos e erros façam parte de um caminho de aprendizagem e não potenciais criadores de vencedores e perdedores.

Como aponta a pedagoga Hoffman (2005, p.41), "a arbitrariedade na atribuição de graus e conceitos, muitas vezes, acontece por métodos impressionistas e por comparação"

O que queremos enquanto libertários é construir uma avaliação que possibilite expandir os valores que são mais próximos às nossas convicções e não simplesmente reproduzir os valores sociais que abominamos.

Uma das preocupações que tenho enquanto professor do sistema universitário é contribuir para que nossos estudantes possam construir conjuntamente uma avaliação participativa.

A exigência burocrática heterônoma não pode, pura e simplesmente, ser culpabilizada pelos libertários já que há a obrigatoriedade do uso de provas, trabalhos, seminários e assemelhados para a constituição de uma nota final.

É necessário que nós avancemos nesse debate. Da mesma forma que existem inúmeras maneiras de ministrarmos as aulas, a imposição meritocrática não pode ser vista como intransponível.

O curso ou disciplina na qual exista uma maior sintonia entre professores e alunos, onde a hierarquia, seja de saberes ou não, é superada por uma metodologia que promova a integração de opiniões, não pode terminar com uma avaliação por conceitos ou números.

É um processo que denota humildade de ambos, muito mais do docente que se preparou para ser avaliador e que tem dificuldade de ser avaliado, visto que as provas não aferem necessariamente uma evolução do quadro de aprendizagem, mas que naquele dia e horário marcado o aluno esteve em condições de apresentar as respostas que o professor achou apropriada.

E o estudante que apreendeu o conteúdo e não soube "adequadamente" apresentá-lo ao docente, pode no final do processo ser reprovado, uma punição descabida se ele participou ativamente de todas as discussões.

Logo, a avaliação contínua passa por compreender que além das provas e seminários existe um procedimento anterior, um diagnóstico pautado nas observações, dúvidas e questionamentos discentes e, principalmente, se a sua didática consegue efetivamente ser catalisadora de expectativas, transformando o conteúdo burocrático em uma possibilidade de planejamento conjunto.

E o processo, o movimento de avaliação (contrário ao dia e horário específico que é monótono) tem algumas particularidades: é dialógico (busca o entendimento entre os atores sociais, uma maior interação entre os estudantes, a descoberta do conhecimento que se constrói coletivamente), é dialético (se pauta no debate, nas dúvidas e questionamentos entre todos, nas perguntas sem respostas que são atrativas para a reflexão, a pesquisa) e autônomo (todos se avaliam constantemente para que finalmente os estudantes não se fixem, única e exclusivamente na "conquista" de uma nota maior, mas que o saber apreendido seja ressignificado, com novas nuances a ele incorporado).

Desta forma, a nota final é apenas um número a ser digitado no currículo escolar, visto que no movimento do semestre, de alunos e alunas debatendo, criticando, promove-se um olhar diferenciado para uma dinâmica escolar ainda muito centralizada em uma avaliação como algo punitivo.

Esse é um esforço constante dos libertários que já não mais acreditam nas propostas estatais e /ou neoliberais que grassa a educação pública e privada por pelo menos 30 anos.

Pensar é ousar também. É se permitir mudar, reconstruir, debater e questionar os valores que repetidamente são naturalizados. Caso contrário, seremos anarquistas no discurso e pouco efetivo na prática educacional.

Considerações Finais

Os libertários constroem a sua escola com a participação de todos aqueles que almejam uma sociedade baseada na solidariedade, na liberdade e na autonomia individual. Ela não pode estar alheia aos interesses da maioria, mas deve expressar a efetiva possibilidade da constituição de uma instituição nova.

Essa escola deve ser também um espaço de debates no qual as propostas partam de todos os setores da sociedade que a ela se dirigem e que buscam a emergência de um ambiente mais democrático.

Ao expormos nossas convicções sobre o papel da educação na formação de indivíduos soberanos, procuramos também apontar que o grande desafio da atualidade é como nos inserirmos em um ambiente educacional pautado por valores diametralmente opostos ao que acreditamos necessário à emancipação humana.

Então não é apenas imaginar uma nova escola, mas de que forma a atual com as suas contradições pode ser também um local profícuo, espaço de extrema importância para novas experiências educacionais.

O nosso maior desafio nesse artigo foi aprofundar uma discussão que, partindo de elementos existentes na própria história da educação anarquista, procura demonstrar como estes podem fomentar um ensino público de qualidade.

Caso contrário nossas propostas ficariam relegadas ao passado, honraríamos os seminários precursores de um ensino focado no papel do estudante, mas objetivamente, mesmo os mais simpáticos aos nossos ideais, não concordariam que essa dinâmica poderia ter alguma serventia prática visto que haveria pouca ou quase inexistente conexão com a realidade educacional atual.

E, mais uma vez, aqueles que nos combatem, afirmariam que as propostas anarquistas só servem para um mundo idealizado, não de pessoas com posturas sociais diferenciadas, múltiplos objetivos, etc.

Pensar a geografia e a educação anarquicamente é pensar ao contrário. É partir da curiosidade discente, de suas angústias e objetivos, realizando uma didática muito mais dinâmica e produtora de interesses.

Além disso, recriar uma geografia escolar que consiga romper a dualidade física e humana tão comum aos manuais da educação básica, promovendo a construção de uma disciplina mais plástica, democrática e afeita aos anseios de todos aqueles que constituem o ambiente escolar.

Eis o papel que a educação libertária e a sua legatária geográfica têm: construir sonho coletivamente, a fim de que se torne realidade a emergência de um espaço educacional plural, autônomo, potencializando ainda mais uma disciplina tão essencial para o conhecimento das relações entre os homens e a natureza.

My school, your school, our school: Path of a libertarian geographical education

Abstract: Anarchism presents a school contrary to the hegemonic capitalist and authoritarian values in today's society. Thus, it demonstrates the importance of building a more plural, democratic and autonomous education that produces a more significant education for students of primary and higher education, still largely determined by heteronomous public policies. Moreover, it seeks, from the teachings of Piotr Kropotkin and Elisée Reclus, to spread a less dual, more participatory school geography, providing the constitution of an anti mnemonic science. Finally, the libertarian ideas suggest a new way of carrying out the assessment, still heavily guided by extremely rigid, monotonous notes that are unable to gauge a student's formative path.

Keywords: Anarchism. Geography. Teaching. Evaluation

Mi escuela, su escuela, nuestra escuela: Camino de una educación geográfica

Resumen: El anarquismo presenta una escuela contraria a los valores hegemónicos capitalistas y autoritarios en la sociedad actual. Por lo tanto, demuestra la importancia de construir una educación más plural, democrática y autónoma que produzca una educación más significativa para los estudiantes de educación primaria y superior, aún determinada en gran medida por políticas públicas heterónomas. Además, busca, a partir de las enseñanzas de Piotr Kropotkin y Elisée Reclus, difundir una geografía escolar menos dual y más participativa, proporcionando la constitución de una ciencia antinemónica. Finalmente, las ideas libertarias sugieren una nueva forma de llevar a cabo la evaluación, todavía fuertemente guiada por notas extremadamente rígidas y monótonas que no pueden medir el camino formativo de un estudiante.

Palabras-clave: Anarquismo. Geografía. Enseñanza. Evaluación

Referencias

Ferrer y Guardia, Francisco. **A escola moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2010.

Hoffmann, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Kropotkin, Piot et Reclus, Elisée. **Escritos sobre educação e geografia**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2010

Musto, Marcelo (org). **Trabalhadores, Uni-vos! Antologia política da Primeira Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Reclus, Elisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista.** trad: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário/Expressão e Arte, 2002

Sobre o autor

Amir El Hakim de Paula - Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

Recebido para avaliação em dezembro de 2019

Aceito para publicação em janeiro de 2020